

Essa atitude ocorre pela dificuldade da população em considerar “preservação do meio ambiental” um conceito próximo do seu dia-a-dia o que inclui a rua, o bairro, a cidade, associando-o somente a proteção de animais e florestas.

Esse problema está na falta de acesso à informação através dos diferentes meios de comunicação, que tornaria fundamental na melhoria das condições de vida da população. A informação ambiental tem seu elemento chave na busca do bem estar coletivo.

A informação ambiental poderia contribuir para a mudança de condutas e comportamentos, tendo papel fundamental na preservação ambiental, como subsídio para nossa ação no mundo e para diminuir a incerteza diante do meio ambiente, quer seja natural ou construído pelo homem, pois, para além das necessidades do sistema produtivo, todos temos o direito a informação. (FREIRE E ARAUJO apud TAVARES E FREIRE, p.126 2003)

As gerações futuras devem ser incluídas nas formulações para o desenvolvimento, e os direitos econômicos devem ser moderados pela justiça ecológica. Pois, se todos contribuem com a degradação ambiental, compartilham responsabilidades nesse sentido.

Dentro desses processos participativos, deveriam ser realizados trabalhos de sensibilização para as questões ambientais. Nesse sentido, os profissionais da informação podem se fazer ainda mais presentes no processo de desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira (TAVARES E FREIRE, 2002).

Tais problemas ambientais urbanos são consequências do modelo econômico e da falta de um planejamento orientado pelo desenvolvimento sustentável, mas a educação, e em particular, a educação comunitária e ambiental devem ter um papel importante.

Pois as deficiências de infraestrutura das grandes cidades, dos índices de pobreza, da insalubridade das casas e dos alimentos contaminados, e com o uso da água contaminada. Tudo isso, com sabemos, poderia ser evitado por uma educação ambiental e comunitária (popular), o que para (GADOTTI, 2000) chamado de “educação sustentável”, que precisa ser estimulada.

A elaboração de políticas de humanização das cidades necessita certamente de planejadores e urbanistas, mas principalmente da vontade política e de uma educação para cidadania.

Para que isso aconteça não basta ter acesso a informação ambiental, mas é necessário conhecer o seu significado, e se for necessário reelaborar esta informação em favor de seu proveito da comunidade em que vive. Para (Barreto, 1997 apud Tavares e Freire, 2003):

Essa tarefa não é tão simples, tendo em vista que a realidade é fragmentada por desajustes sociais, econômicos, políticos e culturais, pelas múltiplas faces dos habitantes em suas competências para absorver a informação, diferentes graus de instrução, nível de renda, acesso aos códigos formais de representação simbólicas, estoque pessoal de conhecimento acumulado.

Por esses fatores e por vivermos na era do descartável, em uma sociedade consumista em que a maioria da população considera inesgotáveis os recursos naturais e não considera o espaço público como parte de seu ambiente. Para que a informação chegue de forma coerente, deve ser respeitada a relação da comunidade com seu cotidiano.

A escala local tem de ser compatível com a escala planetária. Daí a importância do poder público na sociedade, as pessoas, a sociedade, em conjunto com o estado precisam dar sua parcela de contribuição para criar cidades e campos saudáveis, sustentáveis, isto é qualidade de vida.

Qualidade de vida é um conceito distinto do conceito de “nível ou padrão de vida”. Fala-se de nível ou padrão para designar a satisfação de uma parte das necessidades humanas, principalmente as necessidades econômicas. Qualidade de vida faz referencia a satisfação do conjunto das necessidades humanas: saúde, moradia, alimentação, trabalho, educação, cultura e lazer. Qualidade de vida significa ter a possibilidade de decidir autonomicamente sobre seu próprio destino. (GADOTTI, 2000)

De acordo com o quadro atual imposto à dinâmica ambiental em vários níveis, a educação ambiental, nasce para suscitar uma nova abordagem que possa além de sensibilizar, educar cidadãos mediante as suas responsabilidades e direitos, bem como, torná-los conscientes de suas obrigações perante a manutenção da qualidade de vida em suas comunidades e no planeta.

E para isso deve-se ter conhecimentos necessários à compreensão do ambiente de modo a promover uma consciência social capaz de gerar atitudes que

alterem os comportamentos e que promova a sensibilidade, responsabilidade, habilidades necessárias para buscar os atuais problemas ambientais.

Ter uma consciência ecológica, ou seja, ser “ecologicamente alfabetizado”, significa olhar o mundo de outra forma, pensar diferentemente. O desenvolvimento sustentável tem um componente educativo importante: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação.

À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de suas necessidades e desejos crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos. A partir de então, é imprescindível ações baseadas nas tomadas de decisão pautadas no planejamento a curto, médio e longos prazos, pois somos responsáveis pela qualidade de vida do planeta e pela qualidade de vida da presente e das futuras gerações.

Uma sociedade ou um processo de desenvolvimento possui sustentabilidade quando por ele se consegue a satisfação das necessidades, sem comprometer o capital natural e sem lesar do direito das gerações futuras de serem atendidas também as suas necessidades e de poderem herdar um planeta sadio com seus ecossistemas preservados. (GADOTTI, 2000)

O desafio hoje é que governo, empresas, sociedade civil organizada e comunidade, possam juntos construir espaços com maior qualidade de vida através do desenvolvimento sustentável que respeite a dinâmica ambiental. Para tanto é fundamental promover a educação ambiental em todos os níveis de forma interdisciplinar e participativa.

A proposta da educação ambiental está ligada ao conceito de desenvolvimento sustentável e a de “educação para o desenvolvimento de sociedades responsáveis em que a ética da responsabilidade e seguida é a ruptura entre o homem e a natureza ”(GADOTTI, 2000) é considerada o principal responsável pela crise ambiental atual.

A necessidade de se adotarem novos pontos de vista e novas atitudes diante dos dilemas e das constatações feitas sobre os problemas ambientais, estão associadas após vários processos de discussão e proposições assumidas nacional e internacionais, como na conferencia Rio/92, o tratado assinado por mais de 170

países reconhecia a importância da educação como “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”.

Neste evento foi lançado o tratado da educação ambiental para as sociedades sustentáveis e responsabilidade global, sendo destaque alguns dos princípios importante desse documento (FORUM GLOBAL 92, apud GADOTTI 2000)

1- A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo à transformação e a construção da sociedade.

2- A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadão com consciência local e planetária, que respeitem a auto-determinação dos povos e soberania das nações. (FORUM GLOBAL 92, apud GADOTTI 2000)

Refere-se a uma mudança radical de mentalidade em relação a qualidade de vida, que esta ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza que requer atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o ambiente mais próximo, como o ambiente doméstico, trabalho e outros.

Trata se de sensibilizadas a sociedade a respeito popular nos processos de tomada de decisão, o que se promoveria e a responsabilidade na fiscalização do controle dos agentes causadores de degradação ambiental.

Por outro lado a falta de compromisso da população está atrelada a falta de informação, “ausência de consciência ambiental é de uma carência de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos. ”

Em situação de extrema pobreza o ser humano empobrecido, marginalizado ou excluído social e economicamente em âmbito nacional não tem como assumir qualquer compromisso para evitar a degradação ambiental, se é que a própria sociedade não é capaz de impedir sua deterioração enquanto pessoa. (GUIMARÃES, 1991 apud GUIMARÃES, 2000)

Para que esse quadro seja mudado é preciso que exista uma nova cultura de direitos pautada na motivação e da co-participação de gestão ambiental. Pois não é possível a existência de vida sadia em meio ambiente degradado, como também ambiente degradado significa a impossibilidade de populações trabalharem.

Assim, no que diz respeito a todas as ações que comprometem as condições ambientais como, por exemplo, os diversos tipos de poluição, “atenta contra os direitos ambientais de indivíduos e coletividades” (MARTINS, 2000).

É preciso entender que a crise ambiental produzida por esse modelo insustentável de desenvolvimento é a manifestação de conflitos sociais que tem a natureza como base, e que quando esta se torna explícita exprime a consciência de um direito ambiental foi ameaçado.

Com isso entendemos que “a futura competitividade de um país, emerso em um processo de construção de uma sociedade sustentável, estará diretamente relacionada ao grau de radicalização da cidadania construídas nesse processo” (MARTINS, 2000), que significa a construção de uma nova sociabilidade, caracterizada por relações sociais igualitária.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho foram utilizados vários procedimentos, em duas etapas básicas para obtenção de melhores informações, e para um bom desenvolvimento do que se propõe a executar.

A metodologia adotada focalizou a busca de recursos como trabalho de campo, entrevistas, levantamento bibliográfico e outros dados dos órgãos municipais.

Os procedimentos adotados para a realização da pesquisa constituíram nas leituras de autores que fundamentasse o tema e na pesquisa de campo, através de instrumentos de pesquisa constituído de questionário com perguntas simples. A primeira parte se deu pela organização e seleção dos materiais bibliográficos, posteriormente partiu-se para o conhecimento da área de estudo, observando minuciosamente toda a área, inclusive tirando fotografias para melhor documentar o estudo.

Para a segunda parte trabalhou-se a pesquisa de campo através do questionário, procedimento considerado essencial, devido sua importância para atingir o objetivo proposto do trabalho.

Os instrumentos técnicos utilizados:

- Mapas geográficos – Atlas;
- Equipamento de informática;
- Máquina fotográfica;

Os procedimentos de gabinete utilizados:

- Fichamento do material bibliográfico;
- Elaboração de entrevista;
- Análise e discussão das respostas;
- Digitação de dados;

Os procedimentos de campo utilizados foram os seguintes:

- Observação da área de pesquisa;
- Aplicação dos questionários;
- Conversas com moradores da área;

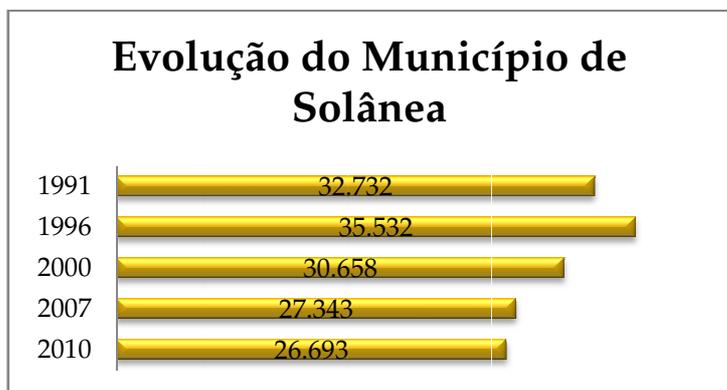
## 4 DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA E FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOLÂNEA

### 4.1 Um Breve Histórico na Formação do Município de Solânea

Segundo a história oficial, um dos descendentes dos colonizadores da família Soares Cardoso Moreno, vindo do Ceará, fixou moradia, com fazenda de gado e engenho. Com o crescimento da região, alguns pioneiros com Leôncio Costa, Alfredo Pessoa de Lima, entre outros empreenderam transformar o pequeno povoado em Distrito da Paz. Isto só veio ocorrer no dia 4 de dezembro de 1926 pela Lei nº637, o pequeno aglomerado passou a ser chamado de Moreno, nome dado em homenagem ao seu fundador. A partir de 1927, Moreno viveu intensos dias de vida social e cultural, começando a se projetar no cenário comercial.

Em 15 de novembro de 1938 sob o Decreto-Lei nº 1.164, Moreno eleva-se a categoria de vila. A antiga Vila Moreno alcançou sua independência e emancipação política, administrativa e social, graças a muitas reivindicações. O projeto de lei encaminhado à Assembléia Legislativa da Paraíba, foi autoria do então Deputado Estadual, Dr. Humberto Coutinho de Lucena. A Lei nº 967 que criou o município de Solânea, datada de 26 de novembro de 1953, foi sancionada pelo então governador do Estado, Dr. João Fernandes de Lima, concedendo fórum á cidade e, conseqüentemente criando o município de Solânea. (SILVA, 2006)

A denominação de Solânea provém do nome científico do fumo (Solanáceas), que naquela época era a principal cultura produzida na Vila. Com o desenvolvimento na produção do fumo, foi também desenvolvendo sua população que até 1996 observado no gráfico que mostra a evolução da população do município de Solânea.

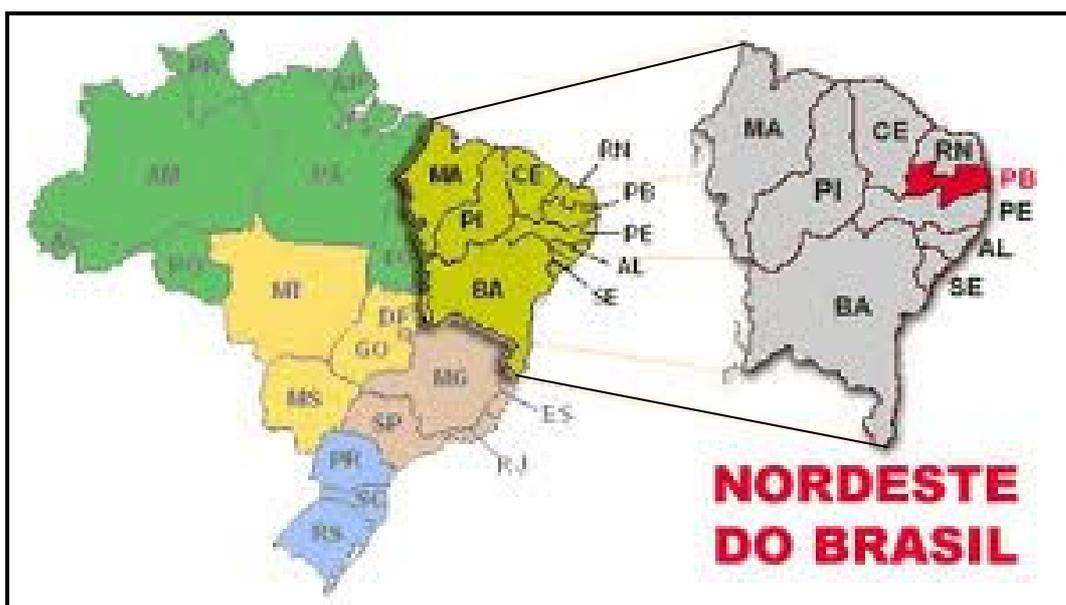


**GRÁFICO 1:** Evolução do município de Solânea  
Fonte: LINS, Virgínia

Porém, a partir de 2000 essa população começa a diminuir, mesmo com a população reduzindo a cada ano, Solânea ainda é a cidade mais populosa da Microrregião do Curimataú Oriental devido ao seu potencial no comércio que atrai as cidades vizinhas. Mas que para os que almejam emprego a cidade não dá esse suporte o que acaba acontecendo que os jovens se deslocam para as cidades maiores com Campina Grande e a capital João Pessoa.

#### 4.2 Delimitação Geográfica do Município

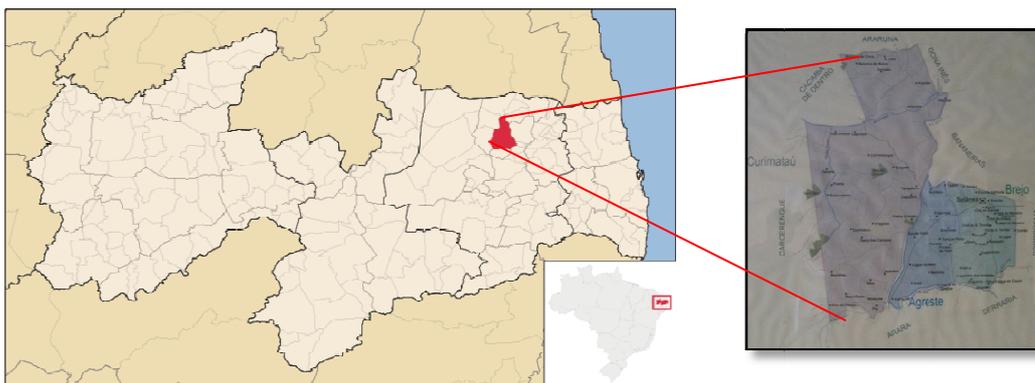
O Estado da Paraíba está localizado na região Nordeste do Brasil, como pode ser observado no mapa da figura (1), tem como limites, ao Norte, o Estado do Rio Grande do Norte; ao sul, o Estado de Pernambuco; a leste o oceano Atlântico e; a oeste o Estado do Ceará.



**FIGURA1:** Mapa da localização Geográfica do estado da Paraíba **FONTE:** Google, 2011.

O município de Solânea está localizado na Microrregião do Curimataú Oriental e Mesorregião do Agreste Paraibano ver localização na figura (2).

Sua área é de 266 km<sup>2</sup> representando 0,4712% do Estado, 0,0171% da Região e 0,0031% de todo território brasileiro. A sede do município tem altitude aproximada de 650 metros, sua distância da sede a capital do estado, João Pessoa é de aproximadamente 138,4 km, com acesso feito pelas rodovias BR320/BR e 041/PB 150.



**Figura 2:** Localização do município de Solânea, Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião do Curimatá Oriental. **Fonte:** Google e adaptada por LINS, Virgínia Silva, 2010.

Sua latitude  $06^{\circ}45' 18''$  sul e longitude  $35^{\circ}32'24''$  oeste, limitando-se ao Norte com o município de Cacimba de Dentro; ao sul com os municípios de Arara e Serraria; ao oeste com os municípios de Dona Inês, Bananeiras e Borborema e ao leste com o município de Casserengue. (SILVA, 2006).

### 4.3 Aspectos Fisiográficos

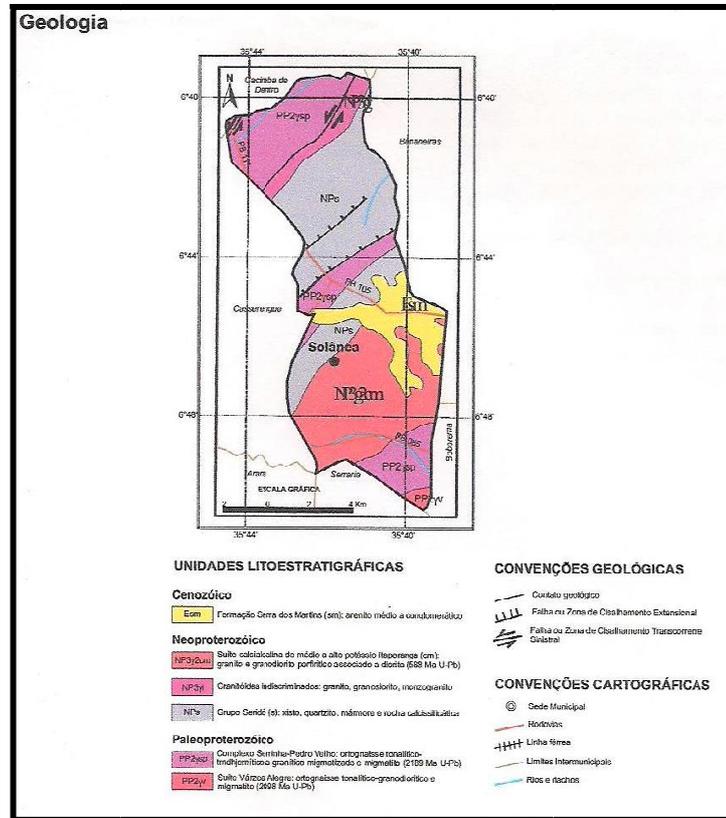
O município de Solânea esta inserida na unidade Geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros.

**Clima** - Destaca-se pelo clima frio e agradável, possuindo uma das maiores elevações de altitudes da Paraíba. O clima é do tipo A's, tropical chuvoso, com verão seco (SILVA, 2006); a precipitação pluviométrica anual esta entre os 1.000 a 1.600 mml registrando temperatura que varia de  $16^{\circ}$  a  $32^{\circ}$ ; a estação chuvosa se inicia em Abril/Maio com termino em setembro, podendo adiar até outubro.

**Relevo** - Apresenta relevos planos de suave a ondulados, e em algumas partes com a porção setentrional do extremo sudoeste, apresenta-se forte ondulação e até montanhoso.

**Solos** - Nas superfícies suaves onduladas ocorrem os planossolos, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos a moderadamente ácidos e fertilidade natural media; e ainda os podzólicos, que são profundos, de textura

argilosa e fertilidade natural média; nos vales dos rios e riachos, ocorrem ainda afloramento de rochas, ver Mapa:



**Figura 3:** Mapa Geológico de Solânea  
**Fonte:** Ministério de Minas e Energia, CPRM - Serviço Geológico do Brasil

**Vegetação-** a vegetação do município de Solânea é um bioma de caatinga, formada por florestas subperifólica - encontra-se na região sudeste do município, possui formação exuberante de porte alto, variando de 10 a 30 metros de altura e grande densidade, com abundância em liamas e cipós.

Algumas espécies mais frequentes são: Jatobá, Pau D’arco roxo e amarelo, Maçaranduba, Sucupira amarelo e Embiriba.

A caatinga hipoxirófila – encontra-se em parte no município, são formações de porte variado, caducifólicas de caráter xerófilo, grande quantidade de plantas espinhosas, formas comuns de resistência a carência de água, são algumas delas: Braúna, Jurema, Juazeiro, Marmeleiro, Canafístula, Catingueira e Aroeira.

**Hidrografia** - A área de umidade é recortada por rios perenes, porém de pouca vazão e o potencial de água subterrânea é baixo. Encontra-se inserido nos